

Defesa do corpo-território e relação com o nexo água-energia-produção de alimentos: o caso das mulheres das terras indígenas Kaxarari, Sete de Setembro e Rio Guaporé



Defensa del cuerpo-territorio y la relación con el nexo agua-energía-producción de alimentos: el caso de las mujeres de las tierras indígenas de Kaxarari, Sete de Setembro y Río Guaporé

 Hellen Virginia da Silva Alves
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil
hellenalves_pv@hotmai.com

Revista Presença Geográfica
vol. 12, núm. 2, 2025
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
ISSN-E: 2446-6646
Periodicidade: Frecuencia continua
rpgeo@unir.br

Recepção: 01 Julho 2025
Aprovação: 05 Novembro 2025

URL: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/274/2745507015/>

Resumo: As demandas relacionadas ao universo das mulheres indígenas são específicas e podem variar de acordo com fatores como o modo de vida, a cultura, recursos e tensões existentes nos territórios. Contudo, existem pontos de encontros que evidenciam preocupações e necessidades comuns. Essas demandas, apesar de suas especificidades, podem encontrar alinhamento científico em teorias de desenvolvimento sustentável. Neste estudo investigou-se a relação entre as demandas pautadas pelas mulheres das terras indígenas Kaxarari, Rio Guaporé e Sete de Setembro com as teorias de desenvolvimento sustentável, especialmente o nexo água-energía-produção de alimentos. A discussão foi estruturada a partir da relação entre o conhecimento empírico advindo da práxis cotidiana em defesa do corpo-território e o conhecimento científico, representado pelo pensamento decolonial e feminista latino-americano, estudos geográficos sobre corpo-território e conceitos de desenvolvimento sustentável e do nexo água-energía-produção de alimentos. O foco da pesquisa é fonomenológico e as estratégias metodológicas utilizadas incluem revisões bibliográficas, pesquisa de campo, entrevistas e observação participante. Através de suas pautas em defesa dos corpos e do território, demonstram a aplicação prática e empírica dos conceitos de desenvolvimento sustentável, especialmente do nexo água-energía-produção de alimentos. Para elas, as relações materiais e imateriais que os corpos mantêm com o território (e seus mundos) asseguram a existência do coletivo em condições de dignidade, motivo pelo qual a defesa do território se converte em defesa da própria da vida do corpo coletivo.

Palavras-chave: Mulheres indígenas, Corpo-território, Desenvolvimento Sustentável, Nexo Água-Energia-Produção de Alimentos.

Resumen: Las demandas relacionadas con el mundo de las mujeres indígenas son específicas y pueden variar según factores como el estilo de vida, la cultura, los recursos y las



tensiones existentes en sus territorios. Sin embargo, existen puntos de convergencia que ponen de manifiesto preocupaciones y necesidades comunes. Estas demandas, a pesar de sus particularidades, pueden encontrar un marco científico en las teorías del desarrollo sostenible. Este estudio investigó la relación entre las demandas planteadas por mujeres de los territorios indígenas de Kaxarari, Rio Guaporé y Sete de Setembro y las teorías del desarrollo sostenible, en especial el nexo agua-energía-producción de alimentos. La discusión se estructuró en torno a la relación entre el conocimiento empírico derivado de la práctica cotidiana en defensa del cuerpo-territorio y el conocimiento científico, representado por el pensamiento decolonial y feminista latinoamericano, los estudios geográficos sobre cuerpo-territorio y los conceptos de desarrollo sostenible y el nexo agua-energía-producción de alimentos. La investigación tiene un enfoque fenomenológico y las estrategias metodológicas empleadas incluyen revisiones bibliográficas, trabajo de campo, entrevistas y observación participante. A través de sus agendas en defensa de los cuerpos y el territorio, demuestran la aplicación práctica y empírica de los conceptos de desarrollo sostenible, especialmente el nexo agua-energía-producción de alimentos. Para ellas, las relaciones materiales e inmateriales que los cuerpos mantienen con el territorio (y sus mundos) garantizan la existencia del colectivo en condiciones de dignidad, por lo que la defensa del territorio se convierte en defensa de la vida misma del cuerpo colectivo.

Palabras clave: Mujeres indígenas, Cuerpo-territorio, Desarrollo sostenible, Nexo agua-energía-producción de alimentos.



INTRODUÇÃO

Por muito tempo a Geografia restringiu sua análise à visão e compreensão de mundo eurocêntrica, que percebia o território como o espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado (Ratzel, 1990). A partir do conceito de território estritamente político a geografia iniciou um longo período de subserviência ao imperialismo europeu e este conceito só iniciou o seu processo de transformação entre o final do século XX e início do século XXI, quando houve a incorporação de aspectos econômicos, culturais e/ou sociais ao termo (Silva e Silva, 2016).

Logo, a intrusão colonial na América Latina resultou na imposição da visão de mundo do colonizador aos povos originários, que incluiu a compreensão sobre o território de caráter estritamente político, institucional e ideológico, silenciando e subalternizando os saberes ancestrais sobre os mundos e seus territórios. A compreensão dos povos originários latino-americanos a respeito do território diferente bastante da visão eurocêntrica. Ela perpassa aspectos culturais, cosmogônicos e míticos e é heterogênea, pois cada povo possui sua própria cosmogonia e cultura. As questões de gênero que estão vivas na cultura dos povos indígenas resulta em diferenças entre o significado do território para homens e mulheres. O território pode ser um instrumento de opressão, mas também de (re)afirmação identitária, de luta, de transformação social, de diálogo com os movimentos sociais e de vida.

Para Haesbaert (2020), a compreensão latino-americana a respeito do território é repleta de significados e de valor simbólico, que perpassam a esfera do vívido, das práticas, do uso e da identidade, onde o território pode ser uma extensão do corpo e o corpo do território, proporcionando à Geografia um novo olhar sobre essa categoria e novas possibilidades de escalas.

Pensando e compreendendo o território a partir da cosmovisão originária e, fundamentadas pelas epistemologias decoloniais e feministas, as mulheres indígenas latino-americanas foram as pioneiras a trazer ao centro dos debates sociais das últimas décadas a luta pelo território e pelo corpo, ou pelo corpo-território. Dessa forma, essas mulheres percebem e compreendem o território como seu corpo (seja o seu próprio corpo ou o corpo da Terra) e o corpo como território, fazendo de seus corpos ferramentas de luta (Haesbaert, 2020).

No Brasil, os movimentos de (r)existência das mulheres indígenas da Amazônia, apoiados pelo pensamento decolonial e feminista, foram os pioneiros na luta organizada pelo reconhecimento e atendimento das demandas das mulheres indígenas, dentre as quais destaca-se a necessidade de defesa dos territórios e dos seus corpos, evidenciando a íntima relação mantida entre esses dois elementos. Aos poucos os movimentos sociais pela defesa do corpo-território se ampliaram em todo o país até que, em agosto de 2019, aconteceu em Brasília a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito” e que reuniu 2.500 mulheres de 130 povos indígenas distintos, originárias todas as regiões do país. Logo, ao passo que emerge a necessidade do surgimento de novas lideranças que pensem estratégias de fato sustentáveis e que lutem pela defesa da vida e uso não predatório dos recursos naturais, as mulheres indígenas assumem o protagonismo na luta pela defesa do corpo-território, em uma trajetória empiricamente relacionada às teorias da sustentabilidade.

A relação que estas mulheres estabelecem com o território está intimamente relacionada à sua própria identidade e à manutenção da vida. O uso sustentável dos recursos naturais é percebido como uma maneira de assegurar a existência das gerações presentes e futuras. Logo, ainda que empiricamente, a luta das mulheres indígenas manteria relação com as teorias de desenvolvimento sustável?



O objetivo principal deste artigo é analisar a existência de relação entre a práxis feminina indígena de defesa do corpo-território e as principais teorias de sustentabilidade, com destaque para o nexo água-energia-produção de alimentos. Para alcançar o objetivo proposto, foi empregado o método fenomenológico e adoção de estratégias metodológicas como revisões bibliográficas, pesquisa de campo, entrevistas e observação participante. A coleta de dados primários ocorreu a partir de pesquisa de campo realizada nas Terras Indígenas Kaxarari, Rio Guaporé e Sete de Setembro, localizadas nos estados de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso, representadas especificamente nos pontos 1, 8 e 19 da figura 1.

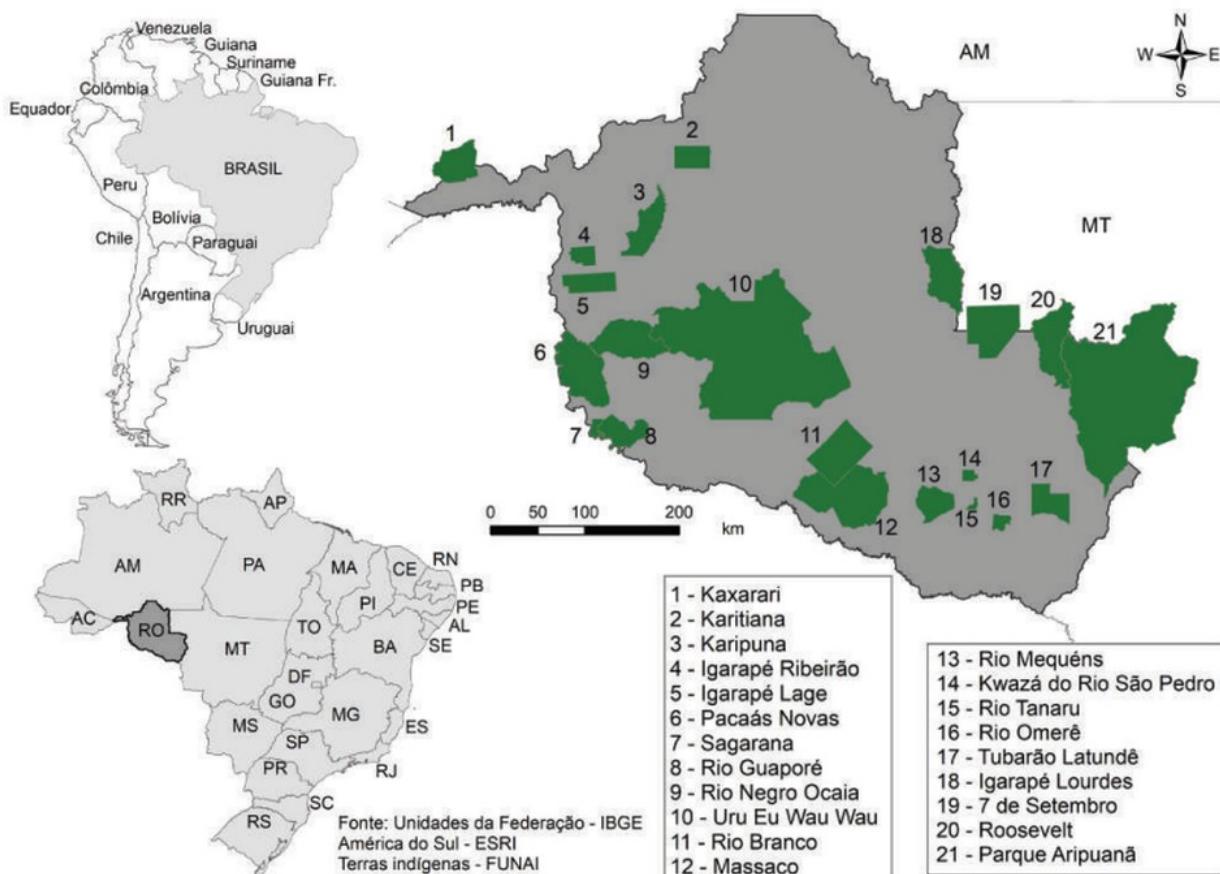


Figura 1

Mapa de Terras Indígenas de Rondônia

Fonte: GOMIDE, 2018. Adaptação do Livro: Nosso território e nossa terra indígena: terra indígena do Rio Branco [e] terra indígena do Guaporé

Foram realizadas duas pesquisas de campo realizadas na Terra Indígena Rio Guaporé (TIRG), nos anos de 2016 e 2018; três na Terra Indígena Kaxarari (TIK), nos anos de 2018, 2019 e 2021; e três na Terra Indígena Sete de Setembro (TISS), nos anos de 2019, 2020 e 2021.



Portanto, as informações apresentadas dizem respeito às mulheres indígenas Kaxarari, às mulheres indígenas habitantes da TIRG, que correspondem aos povos Wajuru, Arikapu, Aruá ou Aruak, Cabixi, Kanoé, Kujubim, Dioromitxi, Makurap, Massaká, Oro At, Oro Mom, Oro Nao, Oro Waran Xijein e Tupari e às mulheres do Povo Paiter Suruí, que habitam a Terra Indígena Sete de Setembro.

Na Terra Indígena Rio Guaporé foram realizadas duas rodas de conversa: uma na aldeia de Ricardo Franco que contou com a participação de 22 (vinte e duas) mulheres e outra na aldeia de Baía das Onças, da qual participaram 18 mulheres. Na Terra Indígena Kaxarari 32 (trinta e duas) mulheres participaram das rodas de conversa, enquanto na Terra Indígena Sete de Setembro 26 (vinte e seis) mulheres contribuíram com a pesquisa. A análise das falas captadas durante as rodas de conversa ocorreu segundo a metodologia de análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que tem como fundamento os pressupostos da Teoria das Representações Sociais e permite, através de procedimentos sistemáticos e padronizados, agregar depoimentos sem reduzi-los a quantidades (Figueiredo et al., 2013).

Quanto ao objetivo, a pesquisa se apresenta como exploratória, pois visa a uma primeira aproximação da pesquisadora com o tema, familiarizando-o com os fatos e fenômenos relacionados ao problema estudado e busca subsídios não apenas para determinar a relação existente, mas, sobretudo, para conhecer o tipo de relação (Fontelles, 2009). Através de pesquisa de campo, verificou-se a relação entre a práxis feminina de defesa do corpo-território e o nexo ÁGUA-ENERGIA-PRODUÇÃO DE ALIMENTOS nas Terras Indígenas Kaxarari e Rio Guaporé e da vida no território.

PENSAMENTO DECOLONIAL E SUA RELAÇÃO COM A DEFESA DO CORPO-TERRITÓRIO

Desde o início do período de colonização europeia, a partir do século XV, a Europa impôs um modelo de conhecimento eurocêntrico, considerado superior e universal, subalternizando e apagando saberes de outros povos. A imposição da visão de mundo colonial como única forma possível de existência se converte em violência epistêmica a partir do momento em que o exercício do poder colonizador resulta na invisibilização do colonizado e na negação da sua representação; eis a estratégia do apagamento cultural. São denominadas de “epistemicídio” (Santos, 2006) as práticas que aniquilam a diversidade e a riqueza epistêmica do mundo e é a partir do epistemicídio que se instala o totalitarismo racional da ciência moderna, que desqualificou e exterminou outras epistemes, em uma demonstração clara da relação entre a ciência moderna e o colonialismo.

Considerando que o colonialismo pode ser compreendido como uma forma de dominação fundamentada na crença sobre a existência “natural” de uma superioridade étnico-racial e epistêmica europeia que deve se sobrepor aos outros povos (Quijano, 2005), a compreensão de modernidade se deu a partir das marcas deixadas pelo projeto civilizatório moderno. Este, teve como marcas a violência colonial que se perpetua através da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza. (Quijano, 2005; Cruz, 2017; Castro-Gómez, 2005).



Ao impor padrões universais de progresso, desenvolvimento e bem-estar social, a colonialidade subalterniza todas as demais possibilidades de existência díspares. Além de subalternizar, a negação de outras possibilidades existenciais e de outras rationalidades, outros projetos civilizatórios, outros projetos de desenvolvimento, de bem viver, outras cosmovisões e tantas outras subjetividades implica no apagamento de tudo que se distancia do projeto civilizatório colonial (Cruz, 2017). Portanto, não se trata de uma dominação restrita à forma bélica, se trata de um tipo de dominação muito mais profunda, significativa e duradoura que visa a transformação das almas, da maneira de perceber e conhecer a si e ao mundo. Esse processo resulta na adoção do universo cognitivo do colonizador pelo colonizado (Castro-Gómez, 2005). Portanto, a colonialidade do saber possui relação de co-dependência com as práticas de epistemicídio, pois para legitimar como única possibilidade de conhecimento os saberes eurocentrados é necessário subalternizar todos os saberes ancestrais não eurocêntricos e a produção científica não hegemônica.

O epistemicídio nem sempre é totalmente eficaz em seu objetivo, pois a história nos revela que a oposição aos padrões eurocêntricos existe desde a intrusão colonial e se materializa de formas distintas; seja na resistência dos povos originários à ocupação dos territórios ancestrais ou nas estratégias de enfrentamento ao apagamento cultural. Em virtude da existência de tais oposições é que se dá o processo de subalternização do conhecimento. Contudo, apesar da ação persistente da colonialidade do saber aos poucos as oposições aos padrões eurocêntricos passaram a ocupar os espaços acadêmicos. A busca por novas perspectivas epistemológicas e por outras concepções sobre a ética e a política, dentre outros aspectos, aos poucos abre espaço para reflexões e questionamentos sobre as características do colonialismo e das heranças da colonialidade. Intelectuais de diversas áreas estruturaram ao longo dos últimos cinco séculos outras formas de pensar, de produzir e consumir conhecimento, orquestrando um verdadeiro movimento de contrapoder à opressão/exploração do legado colonial. Dessa forma, a história do colonialismo e sua herança se unem a história da existência, da resistência e da luta dos grupos subalternizados. Especialmente na América Latina, surgiram iniciativas científicas de resistência à colonialidade como a Filosofia da Liberação, a Teologia da Liberação e a Pedagogia da Liberdade e da Autonomia (Cruz, 2017) que impulsionaram novos olhares sobre diversas áreas do conhecimento.

A tradição de resistência latino-americana ganhou nova roupagem a partir do final dos anos 1990, quando surgiu um movimento científico de crítica mais radical à herança eurocêntrica, à forma como se estruturam as sociedades latino-americanas e suas relações de poder, formas de produção do conhecimento, subjetividades e sociabilidades; o pensamento decolonial (ou giro decolonial).

Essa corrente teórica e política surgiu como uma crítica profunda ao legado colonial e suas manifestações contemporâneas nas sociedades e os principais intelectuais que contribuíram para que esse movimento ganhasse força foram Edgardo Lander, Arthuro Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Ramon Grosfoguel e Fernando Coronil que juntos estruturaram a partir de 1998 vários seminários, diálogos paralelos e publicações que consolidaram o Grupo Modernidade/Colonialidade. Em 2000 o Grupo Modernidade/Colonialidade lançou uma de suas obras coletivas mais importantes: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (Oliveira; Candau, 2013, p. 277).

O pensamento decolonial latino-americano afirma que o conhecimento não é objetivo, neutro e universal, ele é localizado e repleto de subjetividades. Autores como Quijano (2005), Lander (2005), Santos (2006), Grosfoguel (2008) e Mignolo (2003) afirmam que a produção do conhecimento é contextualizada, localizada e incorporada em uma nítida oposição ao pensamento colonial que afirma que tal produção é abstrata, neutra e universal.



A visão e percepção de mundo que fundamento o pensamento decolonial não se prende à lógica eurocêntrica de um único mundo possível, ela contempla a pluralidade de vozes e caminhos através da busca pelo reconhecimento das diversidades e pela legitimação de pensamentos-outros e por isso se constitui em uma das variadas oposições planetárias ao pensamento único (Mignolo, 2003). É nesse contexto que a luta dos povos originários em função da defesa dos seus territórios ancestrais ganha a fundamentação científica e o protagonismo nos espaços de discussão acadêmica. Ao denunciar as violações do território os povos originários latino-americanos denunciam, concomitantemente, a violência sobre os corpos, pois culturalmente o corpo e o território são indissociáveis. Como consequência, o pensamento decolonial promoveu mudanças significativas na Geografia, conhecida como uma ciência de importância estratégica para o colonialismo, assumindo o centro das discussões relacionadas às questões de gênero, cultura, território, corpo e culminando no surgimento do conceito “corpo-território”.

CORPO-TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS

A partir da perspectiva decolonial as geógrafas e os geógrafos latino-americanos puderam repensar o sentido das categorias, métodos, metodologias e as dimensões das escalas e como consequência surgiram contribuições significativas para os estudos geográficos decoloniais e os estudos sobre território ganharam outra dimensão. Na América Latina o uso do conceito de território nas pesquisas de Geografia tradicionalmente é associado às mais variadas formas de conflito envolvendo disputa por terra, logo o uso do território se converte em práxis política de movimentos sociais que travam lutas que não estão restritas à ocupação do território, mas também à outras dimensões do território como a memória e identidade (Svampa, 2019). Portanto, este “[...] conceito tem funcionado como um dispositivo de agenciamento político, em especial, no contexto latino-americano, em que essa categoria é uma espécie de catalisador das energias emancipatórias.” (Cruz, p. 87, 2011).

Os estudos decoloniais na Geografia denunciam a forma como esta ciência tratou por muito tempo o território; como local estrutural estruturado ou como um espaço onde as relações de poder e de apropriação por parte de grupos humanos (Cruz-Hernandez, 2017) e dessa forma as contribuições da geografia decolonial latino-americana foram fundamentais para o reconhecimento de um sentido mais amplo do território, que alcança tanto a dimensão física, quanto as dimensões mentais e psicológicas (Haesbaert, 2020).

Ao contrário da categoria território, que desde a instituição da Geografia como ciência se tornou alvo de interesse e de produção científica, a categoria corpo foi subestimada geograficamente durante muito tempo (Haesbaert, 2020). Foi somente a partir da década de 1990 que os estudos geográficos sobre corpo tomaram forma, a partir da iniciativa de geografias feministas como McDowell (2000) e Massey (2005). Na América Latina essa discussão é bastante recente e iniciou a partir dos estudos de Lindón (2012) e Silva e Ornat (2016).

Durante muito tempo a Geografia abordou território e corpo como categorias separadas, inclusive nas Geografias Feministas (Cruz-Hernandez, 2017). Foi a partir da teoria decolonial que a articulação destas categorias passou a ser investigada. Os estudos de Lindón (2012) discutem a articulação entre as categorias território, espaço e corpo, afirmando que o corpo está sempre localizado em algum local, que pode ser considerado o primeiro espaço. Dessa forma, a corporalidade pode ser definida como “a linguagem estrutural que passa pelo corpo” (Lindón, 2012, p. 703), portanto o pensamento decolonial convidou as geógrafas feministas a repensar o vínculo entre corpos-territórios.



Para as mulheres indígenas não é possível conceber o corpo de maneira dissociada do território. Elas consideram que a ligação desses dois elementos ocorre a partir da vida e da espiritualidade, motivo pelo qual assume um significado sagrado, sendo o cuidado com o território um aspecto da cultura, da ancestralidade e ponto fundamental para o bem-viver (Aurora, 2023). Trazendo a escala corpo para o centro do debate as geógrafas feministas decoloniais evidenciam as opressões e desigualdades históricas que alcançam os corpos e a terra, desde a intrusão colonial, motivo pelo qual o conceito de corpo-território é uma afirmação política da coletividade das mulheres indígenas em defesa de seus territórios (Cruz Hernández, Diaz Lozano e Ruales Jurado, 2020; Aurora, 2023).

Portanto, as contribuições do pensamento decolonial forneceram a base para uma Geografia mais representativa e significativa para demandas que são específicas do contexto latino-americano e que não encontravam no pensamento eurocêntrico o aporte científico necessário. Se considerarmos as contribuições que o pensamento decolonial oportunizou à Geografia Feminista podemos afirmar que as investigações científicas foram direcionadas para as demandas exclusivas do universo das mulheres latino-americanas que perpassam a defesa de um território distinto daquele é entendido somente como o lócus de exercício da soberania do Estado, mas sim como um território vivo, subjetivo e sagrado que se materializa como uma extensão do corpo e da vida.

DEFESA DO CORPO-TERRITÓRIO SOB A LUZ DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO NEXO ÁGUA-ENERGIA-PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Para a compreensão da articulação mencionada, faz-se necessária a compreensão do conceito de sustentabilidade. Existem muitas visões de mundo diferentes sobre a sustentabilidade (Davies, 2013; Grunwald, 2015; Rodrigues, 2017) e muitas possibilidades de abordagens que vão desde a fraca até a forte. Não existe um significado único para o termo sustentabilidade, Dobson (1996) observa que existem mais de 300 definições de sustentabilidade e muitas críticas a respeito da falta de clareza do seu significado (Davies, 2013). Grunwald (2015) afirma que a grande variedade de conceitos de sustentabilidade e a falta de clareza a respeito ao significado do termo "sustentabilidade", bem como a forma de sua tradução na atividade prática, são um forte argumento a favor da necessidade de um debate teórico e aponta que uma possibilidade de consenso conceitual na área do desenvolvimento sustentável seriam os acordos de sustentabilidade celebrados e legitimados internacionalmente.

No entanto, o WCED (1987) popularizou a sustentabilidade por meio da definição de desenvolvimento sustentável pautada em quatro princípios; 1. Planejamento holístico e formulação de estratégias, 2. Preservação de processos ecológicos, 3. Proteção do patrimônio e da biodiversidade e 4. Desenvolvimento que pode ser sustentado por anos futuros (WCED, 1987).

Portanto, a definição de desenvolvimento sustentável popularizada pela WCED (1987: 43) o define como o "desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades".

Davies (2013) afirma que a definição de Brundtland se enquadra no paradigma fraco. A sustentabilidade fraca é baseada no trabalho de dois economistas neoclássicos; Solow (1974) e Hartwick (1977) e pode ser compreendida como uma extensão da economia do bem-estar neoclássica, portanto baseada na crença de que o capital feito pelo homem é mais importante do que o capital natural. De acordo com o paradigma da sustentabilidade fraca é possível substituir natural capital para o capital feito pelo homem (Davies, 2013).



Em extrema oposição está o paradigma da sustentabilidade forte que afirma que o capital natural não pode ser substituído por capital artificial (Davies, 2013).

Enquanto comunidade global, estamos na extremidade fraca do espectro da sustentabilidade, pois o mundo em desenvolvimento prejudica o capital natural através da exploração e opressão realizada por corporações multinacionais, como Shell ou Exxon Mobil, e em muitos casos o dano é irreversível (Davies, 2013).

Apesar das oportunidades e negócios e empregos trazidas pelas grandes corporações, a maioria dos serviços e infraestrutura ou contrapartidas sociais oferecidas à comunidade local para proteger o meio ambiente estão ausentes ou as ações de mitigação são disfuncionais (Tuodolo, 2009; Davies, 2013).

Davies (2013) traz reflexões importantes sobre as ações de mitigação de danos ambientais que apenas deslocam os problemas ambientais. Segundo o autor a escala de valorização da natureza depende de nossa visão de mundo; cosmovisões sobre as interações entre a humanidade e a natureza afetam o grau em que a proteção é dada ao ambiente.

A aplicação prática da defesa coletiva do corpo-território pelas mulheres indígenas perpassa a compreensão profunda, sagrada e alicerçada em saberes ancestrais que a cosmogonia dos povos originários amazônicos detém a respeito da relação entre a saúde do meio ambiente e a manutenção da vida no território. Esse conjunto de saberes, compreendem de forma única o que o conhecimento acadêmico denominou de nexo água-energia-produção de alimentos.

O conceito de nexo tem se destacado no vocabulário contemporâneo sobre o desenvolvimento sustentável. Em termos propositivos o nexo se aproxima das concepções e iniciativas vinculadas à economia ecológica, permitindo uma racionalidade e ações voltadas ao investimento na conservação de serviços ecossistêmicos, produzir mais com menos e inclusão de populações mais pobres (Giatti et al., 2016). Esse conceito surgiu em resposta as alterações climáticas e mudanças sociais, incluindo o crescimento populacional e econômico, a globalização, a urbanização, a evolução das desigualdades na sociedade e o descontentamento social em face destas mudanças (Endo et al., 2015).

A concepção de nexo é decorrente do esforço internacional em reconhecer as limitações impostas por uma possível escassez hídrica global. Essa concepção entende a água como elo principal do nexo, sendo que a água é compreendida como um bem global finito indispensável à vida e sua ausência impossibilita o desenvolvimento de qualquer sociedade. Sua oferta em quantidade e qualidade constitui-se um desafio comum à humanidade (Rodrigues, 2017).

O conceito do nexo admite que a água, energia e alimentos possuem estrita relação, uma vez que são recursos fundamentais ao desenvolvimento humano e à sustentabilidade e que o uso insustentável ou a gestão deficiente de um destes poderá comprometer a oferta e a acessibilidade dos outros dois (Rodrigues, 2017).

Nesse sentido, o nexo se apresenta como uma ferramenta conceitual para alcançar o desenvolvimento sustentável, pois a sinergia água-energia-alimentos envolve a busca pelo equilíbrio entre a oferta de recursos naturais e a demanda sobre o meio ambiente (Rodrigues, 2017).

O nexo também pode ser compreendido como uma nova abordagem para a pesquisa e formulação de políticas, pois amplia a discussão da mera gestão dos recursos hídricos. A luz do conhecimento acerca das contingências e interdependências entre água, energia e alimentos o nexo emerge como proposta de abordagem diferenciada no campo da sustentabilidade, demandando manejo integrado e governança através de distintos setores e diferentes escalas territoriais (Rodrigues, 2017).



Uma das principais discussões propostas pelo nexo água-alimentos-energia é a segurança hídrica, pois a escassez de recursos hídricos pode afetar não somente a disponibilidade de água, mas a segurança dos três elos do nexo, comprometendo o acesso e a oferta de água, energia e alimentos. As demandas ligadas à insegurança alimentar nos territórios também mantém estreita relação com o nexo água-energia-produção de alimentos. Nesta relação a gestão deficiente de um dos recursos, põe em risco a segurança dos outros e do nexo como um todo (Rodrigues, 2017).

MULHERES DAS TERRAS INDÍGENAS KAXARARI, SETE DE SETEMBRO E RIO GUAPORÉ EM DEFESA DO CORPO-TERRITÓRIO

Analizar a existência de relação entre a defesa do corpo-território e o nexo água-alimentos-produção de energia requer, além de sustentação científica, a devida sustentação empírica. Portanto, se faz necessário analisar o mapeamento das demandas que, segundo o ponto de vista das mulheres indígenas que habitam os territórios investigados, são consideradas prioritárias para a defesa dos corpos e do território. Abaixo, apresentamos as demandas prioritárias segundo a população investigada, conforme tabela 1:

Tabela 1
Demandas prioritárias

PROBLEMA RELATADO	TIRG	TIK	TISS
Violência doméstica.	X	X	
Violência sexual.	X		
Rapto de mulheres.	X		X
Consumo abusivo de álcool.	X	X	
Consumo de drogas.	X		
Ausência de fiscalização da fronteira (combate e prevenção ao tráfico internacional de drogas e de pessoas)	X		
Ausência de estratégias estatais eficazes de defesa do território indígena (Fiscalização para prevenção de invasões e retirada de invasores, madeireiros, grileiros e garimpeiros)	X	X	X
Ineficácia (ou ausência) de políticas públicas no território voltadas à educação, saúde, infraestrutura e segurança das populações indígenas.	X	X	X
Evasão escolar	X	X	X
Negação de aspectos culturais (consequência da ação da igreja no território).	X	X	X
Machismo (especialmente em relação ao empoderamento feminino nas dimensões de educação e autonomia financeira)	X	X	X
Ausência de fontes de recurso para o desenvolvimento de projetos voltados à geração de renda a partir do desenvolvimento de atividades não predatórias no território (artesanato, produção agroecológica, turismo de base comunitária)	X	X	
Desmatamento ilegal.		X	X
Contaminação de rios, devido a ação do garimpo ilegal.			X
Insegurança alimentar	X	X	X



Ausência representatividade política no território - lideranças formais femininas (cacicas ou vice-cacicas)	X		X
Ausência de espaços para mapeamento coletivo das demandas do universo feminino (subcoordenadorias de mulheres nas associações, ou reunião de mulheres, por exemplo)	X	X	
Dificuldade em participar (presencialmente e com espaço de fala) nas assembleias do povo	X	X	X

Fonte: Autora, 2025

Importa mencionar que nos três territórios pesquisados, as mulheres encontram-se em fases distintas do processo de organização política, mas compartilham de um mesmo objetivo: assegurar o espaço de protagonistas no cenário político dentro e fora dos territórios como estratégia para o atendimento das demandas do coletivo, especialmente, daquelas relacionadas ao universo feminino (que inclui as mulheres, seus filhos(as), netos(as) e demais parentes).

Em virtude da diversidade de demandas do quadro síntese iremos direcionar a análise às demandas comuns aos três territórios e que possuem relação direta com o nexo água-energia-produção de alimentos, ainda que as demais tenham relação secundária com o tema. Portanto, destacam-se as seguintes demandas: a) Ausência de estratégias estatais eficazes de defesa do território indígena (Fiscalização para prevenção de invasões e retirada de invasores, madeireiros, grileiros e garimpeiros); b) Ineficácia (ou ausência) de políticas públicas no território voltadas à educação, saúde, infraestrutura e segurança das populações indígenas. c) Negação de aspectos culturais (consequência da ação da igreja no território); d) Insegurança alimentar.

A ineficácia estatal em relação a segurança nos territórios indígenas é explicitada pelas demandas mencionadas como “Ausência de estratégias estatais eficazes de defesa do território indígena (Fiscalização para prevenção de invasões e retirada de invasores, madeireiros, grileiros e garimpeiros) e Ineficácia (ou ausência) de políticas públicas no território voltadas à educação, saúde, infraestrutura e segurança das populações indígenas”. A insegurança nos territórios é marcada por fatores geográficos que acentuam a condição de hipervulnerabilidade, dentre os quais destacamos a porosidade das fronteiras amazônicas. Discutir sobre fronteiras e limites significa analisar as relações de poder em âmbito intra e supranacional (OSCAR JÚNIOR ET. AL, 2011).

Nos três territórios as fronteiras são pontos estratégicos, já que representam fronteiras entre estados e países, exigindo a ação efetiva do Estado por serem palco de diversas ações ilícitas. Os ilícitos mais comuns praticados nas terras indígenas pesquisadas são os crimes ambientais, garimpos, tráfico de armas, pessoas e narcotráfico, sendo estes reflexos da intensa porosidade das fronteiras amazônicas (RAMAZZINI, 2014).

As mulheres são o principal alvo do tráfico de pessoas, geralmente com a finalidade de exploração sexual. O tráfico de pessoas para exploração sexual comercial, especialmente de mulheres indígenas não é um fenômeno atual. Na Amazônia de maneira especial, trata-se de uma prática que ocorre desde o início período colonial (OLIVEIRA, 2017).

A porosidade das fronteiras amazônicas permite, em muitos casos, o livre acesso fluvial entre indivíduos de países vizinhos e a sua extensão gigantesca dificulta a proteção ostensiva dos territórios. Os relatos de rapto de crianças e mulheres indígenas que vivem em territórios às margens do Rio Guaporé são frequentes e remontam desde o tempo do início do contato com a sociedade não indígena. Porém, também houve relato de rapto de mulheres e crianças na Terra Indígena Sete de Setembro como um fenômeno de grande ocorrência no período de intensificação do contato.



Importa destacar que os ilícitos ambientais ameaçam o equilíbrio da vida nos territórios indígenas, já que resultam em escassez de recursos naturais, poluição das águas e violação dos corpos.

A defesa eficaz das fronteiras dos territórios indígenas na região amazônica é uma ação complexa, pois exige investimentos por parte do Estado que precisam ser priorizados devido as peculiaridades da região: a intensificação do uso das tecnologias e dos dispositivos de monitoramento a partir do espaço, do ar e da terra; investimentos em formação continuada dos militares para o bom uso atributos tecnológicos e operacionais; disponibilidade dos meios logísticos e aéreos para apoiar unidades de fronteira isoladas em áreas remotas, exigentes e vulneráveis; e a formação técnica e tática necessária para o trabalho na selva Amazônica. Os investimentos em recursos e o tempo necessário para melhorar as condições de monitoramento e defesa das fronteiras amazônicas contrastam com a necessidade urgente de segurança nos territórios indígenas.

A negação de aspectos culturais, que é uma das consequências da ação da igreja no território, possui impacto direto sobre o modo de vida das populações originários. O enfraquecimento das práticas culturais ancestrais dificulta a proposição de soluções para problemáticas trazidas pelo contato, como por exemplo, o problema do alcoolismo, da violência, do preconceito, do machismo, do desenvolvimento (e/ou permissividade para o desenvolvimento) de atividades predatórias no território, da negação à cultura em nome da fé “do branco”, da demonização dos rituais ancestrais e do enfraquecimento (ou distanciamento) da conexão com a natureza e com os espíritos da floresta.

A mudança na relação com a natureza perpassa a concepção de sagrado, a conexão com os espíritos ancestrais que habitam as manifestações da natureza no território e favorecem as práticas predatórias “aprendidas” a partir da intensificação do contato. Por sua vez, as práticas predatórias contribuem para as mudanças climáticas e escassez de alimentos devido à poluição das fontes hídricas, ao desmatamento, à caça e pesca predatórias, dentre outros.

Logo, como resultado da intersecção das demandas mencionadas anteriormente, emerge a situação de “Insegurança alimentar” vivenciada nos três territórios investigados. Os primeiros estudos sobre os impactos das Mudanças Climáticas na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) surgiram na década de 1990 e podem ser divididos em: fase neutra (1994- 2005): em que as mudanças climáticas não causariam efeitos negativos na SAN. Acreditava-se que as mudanças climáticas criariam ganhadores e perdedores, mas, ao final, a produção de alimentos “daria conta do recado”; e uma fase negativa (2005 até hoje): aumenta a especulação de que as mudanças climáticas e seus efeitos estão contribuindo para a fome no mundo (BUTLER, 2009).

As mudanças climáticas agem diretamente sobre a capacidade de produção de alimentos, pois a ação da mudança nos fenômenos da natureza pode comprometer a produção agrícola e reduzir a disponibilidade de alimentos, acesso, utilização e estabilidade do sistema alimentar, o que, combinado com a alta demanda, eleva os preços dos alimentos. O sistema alimentar instável, com baixa oferta de alimentos in natura e preços elevados, aumenta a busca por alimentos ultraprocessados e processados, que traz à tona uma outra vertente da insegurança alimentar e nutricional: o sobrepeso/obesidade (JAIME et al, 2018). A situação de insegurança alimentar e a busca por alimentos ultraprocessados é uma realidade que pode trazer consequências devastadoras para a vida nos territórios indígenas.

Portanto, infere-se que mudanças climáticas possuem interface com a má nutrição e com a insegurança alimentar e nutricional, ocasionando desnutrição/déficit nutricional e sobrepeso/obesidade (JAIME et al, 2018) e que o Estado não atende de forma eficaz as demandas de saúde pública específicas das populações indígenas. Enfatizamos a necessidade de políticas públicas intersetoriais e interculturais que compreendam os determinantes influenciadores das escolhas alimentares das populações indígenas e suas consequências. Essas políticas precisam ser capazes de combater a insegurança alimentar e restaurar a soberania alimentar dos territórios, a fim de melhorar a qualidade de vida nestes espaços.



Para as mulheres indígenas que habitam os três territórios investigados o rio é compreendido fonte de vida, pois fornece alimentos e torna possível a sobrevivência de animais, plantas e seres humanos. Também é um lugar de lazer, pois banhar-se em suas águas e pescar representam uma das poucas diversões compartilhadas por crianças e adultos. O rio também pode ser compreendido como via de acesso aos territórios, portanto, é o navegar que torna possível o ir e vir destas pessoas e os encontros com os entes queridos (Alves e Nascimento Silva, 2021). Todas essas peculiaridades contribuem para que as mulheres das Terras Indígenas Kaxarari, Rio Guaporé e Sete de Setembro tenham uma compreensão complexa, profunda e simbiótica a respeito da importância das águas e dos demais recursos naturais para a manutenção da vida no território. Essas mulheres mantêm uma relação especial com os recursos hídricos, pois compreendem que as águas são importantes para a produção dos alimentos, para a pesca, para as tarefas do cuidar. Portanto, sua forma de ver o mundo torna possível a aplicação prática do nexo. Elas sabem que se faltar água, as roças não produzem alimentos, se os rios estiverem poluídos ou assoreados a pesca não será possível e os animais morrerão.

Elas compreendem que as intervenções humanas em nome do desenvolvimento predatório representam ameaça à vida, pois presenciaram ou ouviram relato de parentes^[1] sobre as mudanças na vida nos territórios ancestrais que foram provocadas pela alteração do leito de rios, assoreamentos e construção de usinas hidroelétricas. De forma empírica, elas propõem pautas de defesa do meio ambiente porque sabem que a ameaça aos recursos naturais representa ameaça à vida no e do território, incluindo a vida humana.

Portanto, a luta das mulheres das Terras Indígenas Kaxarari, Rio Guaporé e Sete de Setembro relaciona-se com a vivência cotidiana do nexo água-energia-produção de alimentos, mas também encontra relação com as teorias de sustentabilidade, pois em termos de seu status normativo, a ideia de sustentabilidade é, também, uma meta coletiva (Grunwald, 2015). Nesse sentido, a articulação entre luta das mulheres indígenas em defesa do corpo-território e as teorias da sustentabilidade representa um desafio ao trabalho teórico da sustentabilidade que é o reflexo da relação teoria-prática associada (Grunwald, 2015).

O referido desafio é reconhecido por Davies (2013) ao afirmar que o ponto de vista ideal a ser adotado pelas sociedades é o do eco-sócio-feminismo, que consiste na combinação do eco-socialismo e eco-feminismo. Para ele, a principal razão para adoção dessa cosmovisão é a combinação de uma abordagem de sustentabilidade forte, tanto socioeconomicamente quanto ambientalmente, que atinge o máximo de igualdade. Para Davies (2013), a inclusão das análises de gênero (Little, 1994; McDowell, 1999), bem como da cosmovisão e dos conhecimentos indígenas e movimentos do sul (Lynn, 2003) é vital para a igualdade social.

Este é um dos pontos de convergência entre a luta das mulheres das terras indígenas em defesa do corpo-território e as teorias de sustentabilidade e abordagens de desenvolvimento sustentável, pois elas trazem em sua pauta de reivindicações a necessidade de representatividade nos espaços de fala e de tomada de decisão, a necessidade de legitimização do olhar feminino e da cosmogonia ancestral sobre as possibilidades de desenvolvimento sustentável e a defesa da terra, do território e das vidas ligadas à ele.

Não se trata de uma luta local, já que a cosmogonia dos povos indígenas amazônicos comprehende a terra como extensão do corpo e o corpo uma extensão da terra. Portanto, a sustentabilidade é uma pré-condição para a vida humana porque existem muitos processos ecológicos que fundamentam seu funcionamento (Davies, 2013) e todos os seres humanos estão intimamente ligados à terra (ainda que não reconheçam ou admitam), pois a defesa do meio ambiente representa a defesa da vida no planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O caráter recente dos estudos geográficos sobre corpo-território é fruto dos movimentos decoloniais, sobretudo na América Latina, que evidenciam outras formas de compreensão do mundo distintas da concepção eurocêntrica. A partir das epistemologias decoloniais e feministas, a compreensão sobre as categorias de análise geográficas corpo e território assumiram um sentido mais amplo e profundo, perpassando além das dimensões física e geopolítica, a dimensão imaterial, subjetiva, cultural e sagrada. Portanto, o estudo em tela compartilha algumas considerações que não podem ser consideradas como finalizadas, dada a dinamicidade e diversidade dos significados contidos nestas duas categorias.

Porém, é possível afirmar que o pensamento e a produção científica decolonial, orquestrados pelos movimentos de resistência à colonialidade e pela pauta dos povos originários latino-americanos, evidenciam a articulação entre a reflexão teórica e a práxis cotidiana que chama a atenção para a necessidade de atualização dos conceitos geográficos e do surgimento de novas formas de imaginação geográfica, especialmente sobre o corpo e o território.

Para o surgimento de novas imaginações geográficas e atualização das categorias território e corpo a contribuição das mulheres indígenas foi fundamental, pois suas pautas sociais incluem a denúncia à cegueira de gênero presente na teoria decolonial e a demonstração da articulação das categorias território-corpo-terra na práxis cotidiana dos povos originários. A partir da reivindicação por um espaço de fala e de efetiva ação política, as mulheres indígenas e feministas latino-americanas denunciam como seus corpos são objetos de exercício do poder desde o período colonial até os dias atuais, ao mesmo tempo em que são objetos de resistência à colonialidade. Ao existir e produzir conhecimento localizado a partir dos seus lugares de fala, as mulheres indígenas e latino-americanas demonstram os significados que a terra e o território a partir de suas cosmogonias e defendem pautas alicerçadas nas principais demandas do corpo da terra e dos corpos femininos.

Desde o lugar de fala das mulheres indígenas latino-americanas, a relação mantida entre os corpos e o território é o ponto de partida para assegurar a continuidade material e imaterial de suas existências. Em seus discursos, elas denunciam que a invasão do território (e dos mundos nele contidos) e a exploração predatória dos corpos e dos recursos naturais, significam ameaça à vida individual ou coletiva, dependendo da escala utilizada. Ao analisar, a partir das suas cosmogonias e do seu cotidiano, o impacto que a exploração predatória dos recursos naturais e dos corpos do território gera à vida no planeta, elas deslocam a análise da escala micro (localizada) à escala macro (global), enfatizando a relação de interdependência harmônica que todos os seres vivos deveriam manter com a natureza para o alcance de um desenvolvimento que seja de fato sustentável.

Em escala micro, as demandas trazidas pelas mulheres das terras indígenas pesquisadas convergem para a denúncia da violência e opressão impostas como herança eurocêntrica, que desencadeou um processo de desumanização dos corpos das mulheres indígenas e naturalizou a exposição desses corpos à todos os tipos de violência, incluindo a violência física e exploração sexual, sob pretexto da permissividade “natural”. A invasão dos corpos indígenas assume formas distintas para os gêneros femininos e masculinos, cabendo às mulheres a maior carga de opressão em virtude do “entroque patriarcal” e das formas de violência específicas às quais seus corpos são submetidos, dentre as quais destacam-se a violência sexual e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.



Em escala macro, a invasão e a exploração predatória do território representam a ameaça aos vários mundos que conferem significado, saberes e condições de existência ao coletivo indígena e que se unem ao corpo do coletivo, pois é o acesso a estes mundos e aos conhecimentos ancestrais neles contidos que assegura a existência dos povos. São os vários mundos do território (mundo animal, vegetal, mineral e espiritual) que sustentam a existência dos seres vivos, portanto, em escala macro a ameaça ao território significa a ameaça à vida do corpo coletivo. Nessa caminhada de luta e defesa pelo território, os povos originários constroem uma concepção complexa de corpo, que interliga o corpo humano ao corpo da Terra, ao mesmo tempo em que liga o corpo individual ao corpo coletivo através de uma inter-relação que fortalece o “empoderamento identitário”.

A relação que as mulheres indígenas amazônicas (e seus corpos) mantêm com o território é muito mais complexa e profunda se comparada às outras pessoas do coletivo, pois elas possuem uma compreensão global da relação existente entre o acesso à água e a manutenção da vida no território. São as mulheres que tradicionalmente são responsáveis pelas tarefas do cuidar em um coletivo indígena, seja do cuidar das crianças e demais pessoas da família, do cuidar da alimentação, das pequenas criações ou da higiene do lar, portanto, elas percebem claramente a relação de interdependência existente entre o acesso à água, a produção de alimentos. Cabe às mulheres também o ensino da cultura às crianças e aos jovens e esse ensino baseia-se tradicionalmente na história oral, portanto, as mulheres são detentoras de conhecimentos múltiplos contidos nos mitos e narrativas dos ancestrais. Elas conhecem as histórias sobre as mudanças negativas que o desenvolvimento predatório trouxe aos povos da floresta, sabem as consequências que poluição das águas e mudança no curso natural dos rios podem ocasionar para o equilíbrio natural da vida no território. Logo, as mulheres também percebem em seu cotidiano a relação existente entre a água, a produção de alimentos e a geração de energia, por isso a pauta político-social das mulheres indígenas amazônicas demonstra a aplicação prática do nexo água-energia-produção de alimentos.

É a partir do enfrentamento cotidiano às várias ameaças ao território e aos corpos, que as mulheres indígenas amazônicas buscam espaços de fala e de ação política que confirmam visibilidade à luta pelo reconhecimento e atendimento das suas demandas, pois para essas mulheres o corpo é o território de vida, opressão e de luta.

As mulheres das terras indígenas Kaxarari, Rio Guaporé e Sete de Setembro, apesar de habitarem territórios diferentes, possuem demandas comuns relacionadas diretamente com a defesa dos corpos e do território, motivo pelo qual aos poucos elas reconfiguram seus arranjos organizacionais políticos na tentativa de obter o reconhecimento de suas demandas pelo coletivo e buscar alternativas para o atendimento do que consideram como prioridades.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, H. V. S. Nascimento Silva, M. G. S. Da alegria à dor: as múltiplas relações estabelecidas entre as mulheres da terra indígena Rio Guaporé e o rio. In: Nascimento Silva, M. G. S. Alves, H. V. S. Matarésio, L. Z.(orgs) *Mulheres das águas*. Jundiaí, São Paulo. Editora Paco, 2021.
- Aurora, Braulina. *Indígenas mulheres: corpo-território em movimento*.2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, 2023.
- Barroso, Luís Roberto. Mello, Patrícia Perrone Campos. Como salvar a Amazônia: por que a floresta de pé vale mais do que derrubada. *Revista de Direito da Cidade*, vol. 12, nº 2, 2020. ISSN 2317-7721. pp. 1262-1307.
- Bonwick, J. [1870] (1970). *The Last of the Tasmanians*. New York. Johnson Reprint Corp.
- Brito, Brenda et al. Stimulus for land grabbing and deforestation in the Brazilian Amazon. *Environmental Research Letters*, v. 14, 2019.
- Brownmiller, Susan (1976). *Against Our Will*. Man, Women and Rape. Nova Iorque. Bantam Books.
- Cabnal, L. 2010. Acercamientos a La contrucción de l apropuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR, p. 11-25.
- Cacciamali, Maria Cristina; Azevedo, Flávio Antonio Gomes. Dilemas da erradicação do trabalho forçado no Brasil. *Doutrinas Essenciais de Direitos humanos*, v. 3, 2011.
- Cruz Hernandez, Delmy Tania; Diaz Lozano, Juliana Agustina; Ruales Jurado, Gabriela Elizabeth. Recorridos de la construcción de la geografía feminista del sur global. *Geopauta*, Universidade Estadual do Sudeste da Bahia, v. 4, n. 4, p. 7-17, out/2020.
- Cruz Hernández, D. T. 2017. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. *Solar*, vol. 12, n. 1, p. 35-46.
- Cruz, V. C. 2011. *Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia*. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ (Brasil), 2011.
- Castro-Gómez, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 169-186. (Coleção SurSur).
- Davies, George Randal. Appraising Weak and Strong Sustainability: Searching for a Middle Ground. *Consilience: The Journal of Sustainable Development*, Vol. 10, Iss. 1, Pp. 111 – 124, 2013.
- Endo, A.; Burnett, K.; Oriencio, P.; Kumazawa, T.; Wada, C.; Ishii, A.; Tsurita, I.; Tanigushi, M. Methods of the Water-Energy-Food Nexus. *Water* 7: 5806-5830, 2015.
- Figueiredo M. Z. A., Chiari B. M., Goulart B. N. G. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa qualitativa. *Distúrb Comun*, São Paulo. 2013; 25(1):129-136. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931/11139>.
- Fontelles, Renata Garcia Simões. *Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa*. 2009. Disponível em:https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf.
- Giatti, L.L.; Jacobi, P. R.; Favaro, A. K.; Empinotti, A. L. *O nexo água, energia e alimentos aplicados no contexto da Metrópole Paulista*. Estudos Avançados. 30/88: 43-61, 2016.



Grosfoguel, Ramón. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifiesto y un caso. *Tabula Rasa*, n. 8, p. 243-282, 2008.

Grunwald, Armin. What kind of theory do we need for sustainable development – and how much of it? Some thoughts. Cap. 3:16-29. In: ENDERS, Judith C.; REMIG, Moritz (Eds.). *Theories of Sustainable Development*. Routledge, 2015. 212 páginas.

Haesbaert, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições decoloniais. Niterói, Universidade Federal Fluminense. *GEOgraphia*, vol: 22, n. 48, 2020.

Lander, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, ColecciónSurSur, 2005.

Lindón, A. 2012. Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia un renovado *betweeness*. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. v. 11, n. 33, p. 698-723.

Little, J. *Gender, planning and the policy process*, Pergamon Press, Oxford, 1994.

Lynn, W. Act of Ethics: A Special Section on Ethics and Global Activism, Ethics, *Place and Environment*, 6(1): 43-78, 2003.

Massey, D. *For Space*, London: Sage, 2005, pp. 147-195.

McDowell, L. “Aportes primarios”. En: *Género, identidad y lugar. Un estudio de las geografías feministas*. Madrid: Cátedra Universitat de Valencia (Instituto de la Mujer), 2000, pp. 11-35.

Mignolo, Walter. *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

Nascimento Silva, M. G. S. Alves, H. V. S. Kanoé, T. *Mulheres indígenas: O combate à violência através das leis, dos costumes e da cultura dos Povos da Terra Indígena Rio Guaporé em Rondônia*. XIX Encontro Nacional dos Geográfxs. 2018. Disponível em: <http://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=17#M>

OIT – Organização Internacional do Trabalho, *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. Brasília: OIT, 2010, p. 48-53.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*. Brasília: OIT, 2011.

Oliveira, Marcelo. Bolsonaro: país tem ‘indústria de demarcação’ e reservas indígenas abusivas. *UOL*, 11 fev. 2020.

Oliveira, L.F; Candau, V.M.F. Pedagogía decolonial y educación anti-racista e intercultural en Brasil. In: WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito, Ediciones Abya Yala. 2013.

Paredes, Julieta. *Hilando Fino* (Desde el feminismo comunitário). La Paz: CEDEC, 2008.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Colección SurSur, 2005, pp.118-142.

Ratzel, F. *Geografia do homem* (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

Rodrigues, Joana Celia Moraes. O nexo água-energia-alimentos aplicado ao contexto da Amazônia paraense. Dissertação. Programa de pós-graduação e Geografia. Universidade Federal do Pará. 2017. 92 Páginas.



- Saffioti, Heleith Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- Santos, B de S. *A gramática do tempo*. Para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- Segato, Rita (2011). Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansión Del frente estatal, modernización, y la vida de lasmujeres. In: *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Ayala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- Silva, I. de O. G. Silva, P. L. *Usos do conceito geográfico “território” e sua relevância na análise de conflitos territoriais e socioambientais na Amazônia*. Revista Pegada – vol. 17 n.1, julho/2016.
- Silva, J. e Ornati, M. 2016. “Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica.” In: Pires, C.; Heidrich, A. e Costa, B. (orgs.) *Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura.
- Simonian, Ligia T. L. Mulheres indígenas vítimas de violência. *Cadernos do NAEA*, nº 12, Novembro de 1994. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/K1D00037.pdf>
- Svampa, M. 2019. *Extractivism in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tuodolo, F. (2009) Corporate Social Responsibility: Between Civil Society and the Oil
- Vasconcellos, Patrícia Mara Cabral. Vozes da exclusão: os assassinatos de defensores de direitos humanos na Amazônia. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 7, n. 2, 2019.
- GOMIDE, M L C. Educação socioambiental voltada à gestão das Terras indígenas de Rondônia. Revista Aluá. Ano 1 . N.1, p. 68 – 83, 2017.
- World Commission on Environment and Development - WCED. Our Common Future. New York, 1987.
- SOLOW, R. The economics of resources or the resources of economics. American Economic Review, v.64, n.2, 1974.
- Ramazzini, R. (2 de Julho de 2014). Tendências Políticas. Folha de S. Paulo Online.
- Oscar Júnior, Antonio Carlos da Silva. Gatto, Amanda Figueira. Monteiro, Breno Viana Dias. Moura, Luiza Villela Garcia. Fronteiras e geopolítica brasileira: contribuição à compreensão da porosidade do território nacional. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro RJ, 2011.
- Jaime, P C. Delmuè D C C. Campello, T. Silva, D O. Santos, L M P. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 23(6):1829-1836, 2018.
- Hartwick J M. Intergenerational equity and the investing of rents from exhaustible resources. Am Econ Rev 67: 972-974, 1977.
- Butler CD. Food security in the Asia-Pacific: climate change, phosphorus, ozone and other environmental challenges. Asia Pac J Clin Nutr 2009; 18(4):590-597.

NOTAS

- [1] Termo utilizado pelos coletivos indígenas brasileiros para designar outros indígenas, independente da relação direta de parentesco.



AmeliCA

Disponível em:

<https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/274/2745507015/2745507015.pdf>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em portal.amelica.org

AmeliCA

Ciência Aberta para o Bem Comum

Hellen Virginia da Silva Alves

Defesa do corpo-território e relação com o nexo água-energia-produção de alimentos: o caso das mulheres das terras indígenas Kaxarari, Sete de Setembro e Rio Guaporé

Defensa del cuerpo-territorio y la relación con el nexo agua-energía-producción de alimentos: el caso de las mujeres de las tierras indígenas de Kaxarari, Sete de Setembro y Río Guaporé

Revista Presença Geográfica

vol. 12, núm. 2, 2025

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil

rpgeo@unir.br

ISSN-E: 2446-6646



CC BY 4.0 LEGAL CODE

Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.